

OS DESAFIOS ENFRENTADOS NA DEMORA DA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL DA REGIÃO AMAZÔNICA.

Ana Alice Sarraf Borges

Marlene Valério dos Santos Arena

Valmir Batista Prestes de Souza

RESUMO

Na Universidade Federal de Rondônia, a aquisição de materiais para manutenção predial apresenta atrasos que comprometem a continuidade das atividades e a qualidade dos serviços terceirizados. O presente estudo tem como objetivo geral identificar as causas e as consequências da demora verificada no processo de aquisição de materiais utilizados para a manutenção predial da sede e do Campus José Ribeiro Filho, localizados em Porto Velho. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, fundamentada em dispositivos legais e na análise de processos de aquisição de materiais voltados à manutenção e conservação predial. Os resultados obtidos neste trabalho evidenciam um planejamento deficiente, excesso de burocratização ao longo das etapas processuais, além da ausência de especialização por parte dos servidores responsáveis. A pesquisa apresenta contribuições sobre a aplicação dos princípios da Nova Governança Pública, com destaque para os relacionados à eficiência, à transparência e à continuidade dos serviços. A pesquisa contribui para evidenciar como a morosidade nas aquisições de materiais impacta negativamente na prestação dos serviços terceirizados oferecidos para a Universidade Federal de Rondônia.

Palavras-chave: Aquisição de materiais; Manutenção predial; Burocracia; Eficiência; Nova Governança Pública.

ABSTRACT

At the Federal University of Rondônia, the procurement of materials for building maintenance has experienced delays that compromise the continuity of activities and the quality of outsourced services. This study aims to identify the causes and consequences of delays in the procurement process for materials used in the maintenance of the main campus and the José Ribeiro Filho Campus, both located in Porto Velho. The research adopts a qualitative approach with a descriptive and exploratory design, grounded in legal provisions and in the analysis of procurement processes for building maintenance and conservation materials. The findings reveal deficient planning, excessive bureaucratization throughout the procedural stages, and a lack of specialization among the responsible staff. This study contributes to the application of New Public Governance principles, with emphasis on efficiency, transparency, and service continuity. Furthermore, it highlights how delays in material procurement negatively affect the delivery of outsourced services at the Federal University of Rondônia.

Keywords: Material procurement; Building maintenance; Bureaucracy; Efficiency; New Public Governance.

1. Introdução

Este trabalho consiste em apresentar os desafios encontrados na aquisição de materiais para a manutenção e conservação predial na Universidade Federal de Rondônia em Porto Velho e como o planejamento deficiente, a falta de especialização dos servidores e a burocratização no processo comprometem a eficiência dos serviços públicos, prejudicando as contratações e os seus contratos, no contexto da Lei nº 14.113/2021.

A nova Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021 determina que o gestor público realize, de forma antecipada e estruturada, o planejamento de suas aquisições. Essa exigência tem como finalidade evitar prejuízos financeiros à administração pública e garantir que os serviços essenciais, previstos na Constituição Federal de 1988, sejam oferecidos com regularidade e eficiência para a sociedade.

No *Campus* José Ribeiro Filho, situado na BR 364, em Porto Velho-RO, foram identificados problemas de natureza operacional e administrativa, que impactam negativamente a eficiência no processo de aquisição de materiais, comprometendo a adequada execução dos serviços terceirizados e, conseqüentemente, a efetividade das atividades de manutenção e conservação predial.

Os imóveis localizados tanto no perímetro urbano da cidade de Porto Velho quanto no *Campus* José Ribeiro Filho são antigos, e a maior parte de sua estrutura física datam desde os primeiros anos da inauguração da Universidade em 1982 e dos anos 1990. Esses ambientes são utilizados diariamente por grande número de pessoas, o que acelera o desgaste natural das edificações.

Observa-se que uma das etapas mais críticas e que frequentemente contribui para a morosidade nas aquisições dos processos licitatórios para a manutenção e conservação predial, refere-se à formulação inicial das solicitações pelos setores demandantes. Em diversas situações, a lentidão na identificação das necessidades, ou seja, do planejamento das compras.

A ausência de conhecimento técnico por parte dos servidores responsáveis pelo cumprimento das etapas de elaboração de documentos como o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, que precisam atender às demandas acadêmicas e administrativas do dia a dia realizadas pela Universidade, também se tornam um fator determinante para a lentidão do fluxo da contratação pública, comprometendo o planejamento e a efetividade de todo o

processo, juntamente com a carga excessiva de documentos obrigatórios para as devidas aquisições.

A presente pesquisa alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Agenda 2030 da ONU, que orientam esforços globais para promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma equilibrada, abordando a importância da manutenção adequada da infraestrutura educacional e a eficiência na gestão pública.

No que se refere à ODS 4 (Educação de Qualidade), a pesquisa está alinhada à meta 4.a, que estabelece a necessidade de “construir e melhorar instalações físicas para educação”. A pesquisa demonstra que a demora na aquisição de materiais compromete a infraestrutura dos prédios da Universidade, dificultando a oferta de espaços apropriados para todos os usuários (discentes, docentes, técnicos, comunidade externa).

O estudo também se relaciona com a ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), especificamente à meta 9.1, que trata do desenvolvimento de infraestruturas de qualidade, confiáveis, sustentáveis e resilientes, esta pesquisa evidencia que falhas no planejamento e na gestão das aquisições públicas comprometem a eficiência no uso dos recursos pela Universidade, afetando a manutenção adequada de sua infraestrutura.

E ainda se alinha à ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), com ênfase na meta 16.6, que propõe “desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis”, este estudo se relaciona com a necessidade de fortalecimento institucional, evidenciando que a transparência e a eficiência na gestão pública são inseparáveis para garantir que a Universidade possa cumprir sua busca por excelência no ensino.

Dada esta situação, a presente pesquisa busca responder quais os desafios no planejamento das aquisições, da demora na entrega de materiais e de que forma atuam na efetividade dos serviços realizados pela empresa de manutenção e conservação predial em dois prédios da UNIR, em Porto Velho.

Esta pesquisa tem como objetivo geral desta pesquisa a identificação das causas e das consequências da demora nos processos de aquisição de materiais destinados à manutenção predial da sede e do Campus José Ribeiro Filho, em Porto Velho.

Para alcançar o objetivo geral, definiram-se os seguintes objetivos específicos, correspondentes às etapas do estudo: (1) analisar dois processos licitatórios de aquisição de materiais para manutenção dos referidos prédios; (2) propor medidas para que o planejamento das aquisições possa ser desenvolvido de maneira mais célere.

O entendimento destas etapas serve para analisar como as aquisições atuam na efetividade dos serviços de manutenção e conservação predial na UNIR e posteriormente contribuir para o aprimoramento dos processos de contratações de bens e serviços públicos.

2. Fundamentação teórica

O referencial teórico abordou os principais conceitos que ajudem a entender os problemas enfrentados nos procedimentos de aquisição de materiais para manutenção e conservação predial na UNIR em Porto Velho. Com base no Modelo Burocrático, na Nova Lei de Licitações e Contratos, a Teoria da Nova Governança e ainda para melhor análise dos resultados buscou-se as pesquisas realizadas e publicadas relativas ao assunto.

2.1. Contextualizando o modelo burocrático e a nova lei de licitações e contratos

Esta pesquisa adotou como base inicial os fundamentos do modelo burocrático desenvolvido por Max Weber, que representou um avanço em relação ao modelo patrimonialista ao introduzir princípios como legalidade, impessoalidade e racionalidade formal na estrutura da administração pública. Observa-se, porém, que embora tenha contribuído para o controle das ações do Estado, sua rigidez e a ênfase no cumprimento estrito de regras limitou a agilidade e a eficiência na prestação dos serviços públicos (Bresser-Pereira, 1998).

Inicialmente, a burocracia foi adotada na Administração Pública com o propósito de combater práticas como nepotismo e corrupção, além de profissionalizar o serviço público. Sua concepção original visava assegurar impessoalidade, formalidade, legalidade e racionalidade na gestão estatal. Contudo, com o passar dos anos e a ampliação dos serviços prestados pelo Governo à sociedade, esse modelo passou a ser considerado lento, oneroso e ineficiente (Venturini, 2024).

Identifica-se relação com o art. 37 da Constituição Federal de 1988, que determina que os órgãos públicos devem seguir os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade,

publicidade e eficiência (BRASIL, 1988) que foram criados para garantir controle e organização, mas acabaram contribuindo para processos mais lentos e com excesso de formalidades.

Carvalho Filho (2019), em seu livro *Manual de Direito Administrativo*, diz que “a eficiência reclama que o Poder Público se atualize com os novos processos tecnológicos, de modo que a execução seja mais proveitosa com menor dispêndio”. Para o autor, a eficiência não se limita a reduzir gastos, mas também inclui o uso racional dos recursos públicos, a prestação de serviços com qualidade e a eliminação de desperdícios.

Destaca ainda que em razão do princípio da continuidade, os serviços públicos não devem ser interrompidos, uma vez que sua paralisação pode causar sérios problemas em várias atividades. Considerando este cenário, um planejamento realizado de maneira consistente, desenvolvido com a participação ativa de todos os agentes incluídos nos processos de aquisições e contratações, contribui significativamente para a qualificação do gasto público, promovendo o uso mais eficiente dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (Ribeiro Filho *et al.*, 2020).

Como preconiza Moraes (2010) “o administrador deve pautar-se em suas condutas na Constituição e nas leis, para garantir o princípio da legalidade e o da igualdade de possibilidades de contratar com o Poder Público. Dessa forma, exigível sempre é a realização do procedimento licitatório, com o fim de afastar o arbítrio e o favorecimento”. Percebe-se desta forma, a necessidade irrestrita em se atender ao princípio da legalidade, para assegurar a condições igualitárias nas oportunidades de licitar com o Poder Público e evitar ilegalidades.

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece as diretrizes para as contratações e contratos públicos no Brasil. Essa legislação disciplina os procedimentos administrativos com o propósito de assegurar a aquisição de bens e a contratação de serviços voltados ao atendimento do interesse coletivo.

A Lei nº 14.133/2021, foi criada com o objetivo de fortalecer a eficiência, a transparência e a governança nas contratações públicas. Entre os principais avanços, destacam-se a priorização do planejamento, o fortalecimento dos mecanismos de controle e responsabilização, a incorporação de tecnologias digitais e a consolidação de princípios

essenciais, como a economicidade, a eficiência e o interesse público, que passam a nortear de maneira mais efetiva os processos licitatórios e contratuais.

Nesse contexto o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, que regulamente o inciso VII da Lei 14.133/21, é mais um avanço no aprimoramento das contratações públicas, ao regulamentar a elaboração do Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Nesse sentido, o PGC tem como finalidade organizar e consolidar, de forma antecipada, todas as necessidades de bens, serviços e obras dos órgãos para o exercício seguinte. Essa medida reforça o planejamento como etapa essencial das aquisições, contribuindo para maior eficiência na gestão dos recursos públicos e assegurando transparência e controle social sobre os processos licitatórios e contratuais (Brasil, 2022).

Sob a mesma perspectiva, a Instrução Normativa (IN) SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, define as regras para a realização da pesquisa de preços nas compras de bens e serviços realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública federal e busca tornar o processo de levantamento de preços mais claro, confiável e bem fundamentado, contribuindo para que o valor estimado das licitações seja definido com maior precisão e segurança (Brasil, 2021).

Entre as etapas do processo de licitação, a Instrução Normativa nº 58, de 8 de agosto de 2022, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. (Brasil, 2022).

De acordo com a Instrução Normativa nº 81, de 25 de novembro de 2022, o Termo de Referência também é mais um dos documentos exigidos durante o processo de licitação, pois descreve de forma detalhada o(s) objeto(s) a ser(em) contratado(s), observando os requisitos, condições de execução, prazos, critérios de medição e pagamento, além da estimativa de custos e novamente a justificativa da necessidade da contratação.

2.2. Teoria da governança pública (NGP)

A partir do final dos anos 1970, começou a ganhar força um novo jeito de pensar a forma como o governo cria políticas e oferece serviços à população que defendia que as técnicas usadas na gestão de empresas privadas eram melhores do que aquelas usadas pelo setor público.

Acreditava-se que, ao aplicar essas técnicas na administração pública, seria possível melhorar automaticamente a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à sociedade (Osborne, 2010)

Nesse contexto, Matías-Pereira (2023), destaca que a gestão das organizações públicas tem passado por transformações impulsionadas pelas crescentes críticas à sua atuação marcada por ineficiência, excesso de burocracia e baixa efetividade, com destaque para a adoção de mecanismos de mercado e diretrizes voltadas à eficiência, à *accountability* (transparência) e à criação de valor público.

Portanto, a redução da burocracia e modernização das normas legais são medidas essenciais para superar os obstáculos existentes e avançar rumo a uma administração pública mais eficiente e responsiva às necessidades dos cidadãos (Cavalcante, 2024).

Matías-Pereira (2023), ressalta que a NGP busca atender às expectativas dos cidadãos, que exigem mais controle nos gastos públicos e transparência da gestão pública. Para Dias (2024) a modernização da administração pública passou a ser impulsionada por meio do uso de tecnologias da informação e contribuiu para a melhoria dos processos internos, o aumento da produtividade e a elevação da qualidade dos serviços prestados, resultando em um atendimento mais eficiente e eficaz às demandas da sociedade.

Portanto, a crescente complexidade do ambiente em que as organizações públicas estão inseridas tornam obsoletas muitas das práticas tradicionais de gestão e evidencia a necessidade de revisão dos modelos de governança e gestão pública, ressaltando a importância da modernização como condição fundamental para o fortalecimento institucional e para a geração de valor público (Maia e Pereira, 2019).

2.3. Pesquisa realizada e publicada sobre o assunto

Medeiros-Costa, Santos e Reis (2024), as exigências de ampla documentação comprobatória e a realização rigorosa da pesquisa de preços, embora tenham o objetivo de garantir a vantajosidade e legalidade das contratações, acabam contribuindo para a morosidade dos processos de compras públicas.

De acordo com o estudo realizado por Almeida (2020), além de conhecimentos técnicos específicos, a atividade de compras exige cada vez mais uma compreensão ampla e gerencial sobre as diversas etapas que envolvem a operacionalização do processo de aquisição. Por isso,

há grande possibilidade de demora nos procedimentos exigidos e de ocorrência de erros que podem comprometer a qualidade das contratações, pois muitas vezes se acredita que qualquer pessoa com noções básicas de administração consegue fazer uma compra eficiente no setor público.

No estudo de Cardoso, Gomes e Pederneiras (2023) os autores demonstram que o planejamento das compras de bens e da contratação de serviços é fundamental para o bom funcionamento da administração pública, pois representa o ponto de partida para uma gestão eficiente e eficaz. A qualidade desse planejamento influencia diretamente os resultados, podendo determinar o sucesso ou o fracasso da gestão. Sem um planejamento bem estruturado, o gestor público dificilmente conseguirá alcançar os objetivos estabelecidos pela legislação.

Para Cruz, Oliveira e Gurgel (2020), um planejamento eficiente das compras institucionais resulta em aquisições e contratos mais adequados, impactando positivamente a qualidade dos serviços prestados à comunidade universitária. Por outro lado, falhas nessa etapa podem gerar indisponibilidade de itens licitados, o que compromete a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas.

Maciel *et al.* (2024), o tempo demandado na instrução da fase interna do processo de contratação é um dos aspectos diretamente relacionados ao êxito na seleção de fornecedores. Para o autor, o tempo indica a necessidade de constante aprimoramento dos procedimentos adotados, além de reforçar a importância do envolvimento da comunidade acadêmica no desenvolvimento de soluções que contribuam para a melhoria da gestão pública.

No campo das Instituições de Ensino, Dias (2024) observa que edificações antigas, como aquelas construídas na década de 1980 e com mais de 30 anos de uso, podem apresentar comprometimento em elementos estruturais e construtivos quando não submetidas a um controle de manutenção adequado e contínuo.

Lima, Pinheiro e Almeida (2024), as edificações estão sujeitas, ao longo de sua vida útil, à ocorrência de defeitos estruturais, ou seja, falhas e deteriorações que comprometem seu aproveitamento. Essas ocorrências afetam não apenas a estética das construções, mas seus aspectos funcionais e estruturais, podendo prejudicar o uso adequado dos espaços e colocar em risco a segurança dos usuários.

A oferta de instalações físicas adequadas ao dinamismo das atividades universitárias é essencial para garantir o desenvolvimento das ações acadêmicas. Para isso, as instituições disponibilizam salas de aula, laboratórios, clínicas, escritórios, refeitórios, entre outros espaços destinados a atender às diversas demandas educacionais. A diversidade de prédios exige planejamento rigoroso e processos de aquisição de materiais bem estruturados e tempestivos, uma vez que a morosidade nas contratações públicas impacta diretamente a conservação dessas estruturas e compromete a qualidade dos serviços educacionais prestados (Dias, 2024).

Essas pesquisas evidenciam que a demora na aquisição de materiais não apenas aumenta os custos, mas também compromete a continuidade de serviços essenciais e, no contexto das instituições educacionais, impacta diretamente a qualidade do ambiente acadêmico.

3. Método de pesquisa

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, de acordo com as orientações metodológicas propostas por Helfenstein (2023).

A técnica utilizada foi a de análise documental que permitiu analisar e interpretar os documentos oficiais com a finalidade de entender a dinâmica administrativa da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com ênfase nos processos de aquisição de materiais voltados à manutenção e conservação da infraestrutura predial e seus reflexos nos serviços oferecidos na sede e no campus José Ribeiro Filho, em Porto Velho.

Foram analisados diferentes documentos relacionados ao processo de aquisição. O Documento de Consolidação de Itens (DCCL), apresenta as informações iniciais sobre cada item, quantidade e valor unitário estimado. Em seguida, o Mapa Comparativo de Preços, elaborado pela Equipe de Planejamento formalmente designada por Portaria, reúne as cotações obtidas para subsidiar a definição do preço de referência. Também foram examinadas as Atas de Registro de Preços homologadas, que formalizam os valores contratados entre os fornecedores e a Administração Pública, bem como as Notas de Empenho, que comprovam a autorização da despesa e a reserva do orçamento para execução do contrato, além da verificação dos prazos de entrega dos materiais.

Os processos dos quais os dados foram extraídos são de consulta pública, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e são os seguintes: processo para aquisição de material elétrico/eletrônico e processo para aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis.

O objeto desse estudo permite uma análise documental com o intuito de identificar em que medida esses desafios prejudicam o andamento das atividades que devem ser realizadas pela empresa terceirizada Liderança Limpeza e Conservação LTDA e com uma boa gestão de contrato são cruciais para manter a extensa estrutura física do *campus* e da UNIR Centro.

Diante do exposto, estes documentos permitem compreender as causas e consequências da morosidade nos processos licitatórios voltados à manutenção predial da universidade e os fatores que comprometem a eficiência da gestão das aquisições.

Helfenstein (2023), argumenta que a definição da abordagem metodológica deve estar alinhada às particularidades do contexto investigado, bem como aos recursos disponíveis para a obtenção de dados consistentes e confiáveis.

Sob essa perspectiva, a análise documental adotada neste estudo mostrou-se adequada para examinar, com precisão, os efeitos das demoras aquisições de materiais que podem prejudicar o bom andamento das atividades dos funcionários terceirizados na UNIR.

4. Resultados e discussão

Considerando o objetivo deste trabalho, a partir da análise documental dos processos para aquisição de material elétrico e eletrônico e aquisição de material para manutenção de bens imóveis, e das normas e estudos descritos nesta pesquisa, foram identificados as principais causas para a demora na aquisição de materiais de manutenção predial na Universidade Federal de Rondônia: (I) planejamento deficiente; (II) burocratização no processo e (III) falta de especialização dos servidores e suas consequências.

Desde o ano de 2022, a Universidade Federal de Rondônia, mediante Contrato Administrativo nº 6/2022, via pregão eletrônico, firmou parceria com empresa terceirizada para atender a finalidade de execução de serviços de manutenção e conservação predial, sob o regime de mão de obra com dedicação exclusiva, em Porto Velho.

O valor mensal contratado é de R\$ 240.758,50 (duzentos e quarenta mil setecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos), realizado por meio de Termo Aditivo, com efeitos

a partir de 11.8.2025. Ressalta-se, no entanto, que mesmo na ocasião em que não haja possibilidade de efetuação de serviços, em virtude da falta de materiais, é necessário o pagamento mensal à empresa.

No escopo das suas atribuições administrativas, a UNIR é a responsável pela aquisição dos insumos necessários para execução dos serviços, como por exemplo: areia, argamassa, cimento, tinta, e à empresa contratada cabe o fornecimento de ferramentas e equipamentos operacionais (martelo, furadeira, enxada, carrinho de mão), como definido em contrato.

Estes fatos, evidenciam a importância da qualidade no planejamento das compras para que a Universidade mantenha os insumos sempre disponíveis, a fim de garantir a continuidade, regularidade e a efetividade da prestação dos serviços contratados, para fins de prevenir danos ao erário com o pagamento de serviços que não foram realizados por falta de material, responsabilidade única da Universidade, como sugerem os estudos de Cardoso, Gomes e Pederneiras (2023) e Cruz, Oliveira e Gurgel (2020).

No processo de aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis, foram escolhidos itens aleatórios para demonstrar os tipos de materiais e o tempo decorrido desde a portaria de nomeação da equipe de planejamento até a entrega pela fornecedora para o Campus Porto Velho.

O gráfico 1 a seguir, evidencia os prazos desde a nomeação da equipe de planejamento até a entrega efetiva realizada pela empresa fornecedora no Campus Porto Velho.



Gráfico 1 – Extensão de tempo entre nomeação da equipe e entrega dos itens

Fonte: Elaborado com base nos dados levantados no processo (2025)

Revela-se que somente um dos itens selecionados levou menos de setecentos dias para ser entregue, isto é, quase dois anos nos procedimentos iniciais até a entrega dos materiais, comprometendo seriamente a eficiência dos serviços, que para serem realizados necessitam de material, como é o caso da massa corrida e conexão hidráulica, bem como a fragilidade dos fluxos de planejamento, cotações, contratação e fornecimento dos insumos.

Em relação ao processo de material elétrico e eletrônico, também foram escolhidos itens aleatórios para demonstrar os tipos de materiais e o tempo decorrido desde a portaria de nomeação da equipe de planejamento até a entrega pela fornecedora para o *Campus Porto Velho*:

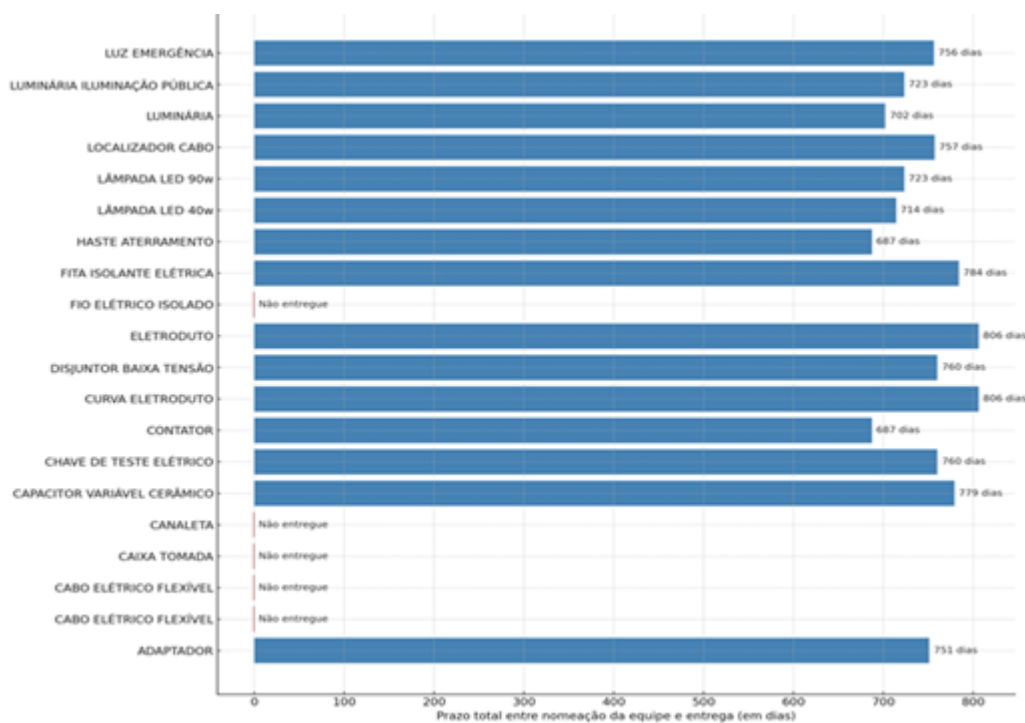


Gráfico 2 – Extensão de tempo entre nomeação da equipe e entrega dos itens
 Fonte: Elaborado com base nos dados levantados (2025).

Como resultado da análise dos documentos e gráfico 2 acima, verificou-se que dessa vez somente dois itens foram entregues antes de setecentos dias, entre a nomeação da equipe de planejamento e a entrega de material.

Observou-se ainda que cinco itens não foram entregues até o momento do levantamento de dados desta pesquisa, que ocorreu em junho de 2025. Essa situação demonstra novamente a necessidade urgente de adotar medidas mais eficazes para reduzir a morosidade da aquisição

de materiais desde o planejamento até a entrega por parte do fornecedor, para assim garantir a continuidade dos serviços essenciais.

Essas análises mostram que a ausência de um planejamento eficaz na definição dos insumos compromete significativamente a eficiência dos processos de aquisição. Nesse sentido, reforça-se a importância de um planejamento estruturado, desenvolvido de forma antecipada, como estabelece a Lei nº 14.133/2021, para que a UNIR seja capaz de assegurar a eficiência e a continuidade dos serviços prestados ao público interno e externo.

Essa situação dialoga com a perspectiva apresentada por Carvalho Filho (2019) ao tratar da importância da continuidade dos serviços públicos. Nesse sentido, a demora na aquisição de materiais essenciais compromete diretamente esse princípio, uma vez que dificulta o funcionamento regular e eficiente das atividades da Universidade.

No contexto da UNIR, a ausência de itens básicos como lâmpadas ou a impossibilidade de reformas menos complexas, tem o potencial de prejudicar diretamente o andamento da parte administrativa, das aulas nos cursos de graduação, que podem oferecer ambientes com luminosidade inadequada ou em condições insalubres, como a presença de mofo e infiltração, além de afetar a realização de pesquisas por discentes e docentes nas dependências da Instituição.

Esse tipo de cenário deixa clara que a carência de insumos essenciais afeta não apenas a gestão administrativa, mas também a missão institucional da Universidade, sustentando ainda que Administração tem o dever de manter o funcionamento ininterrupto de suas funções essenciais.

As falhas elencadas corroboram com os estudos de Ribeiro Filho *et al.* (2020) enfatizam que um planejamento consistente, desenvolvido com a participação dos agentes envolvidos, é determinante para o aprimoramento da gestão pública e para a efetividade na aplicação dos recursos. Assim, a ausência de planejamento adequado não apenas compromete a eficiência das contratações da Universidade Federal de Rondônia, mas também coloca em risco a continuidade dos serviços de manutenção nos prédios em Porto Velho, gerando impactos negativos sobre as políticas públicas e os objetivos institucionais, além de pagamentos sem a devida contraprestação dos serviços.

A boa instrução processual favorece a economicidade, a celeridade e a normas legais, em observância aos princípios da administração e às disposições da Lei nº 14.133/2021. Esse entendimento está de acordo com os achados de Maciel *et al.* (2024), que ressaltam o papel central do planejamento na melhoria dos resultados das contratações públicas, caso que ainda não acontece na Universidade, haja vista que nos processos analisados houve a demora de quase dois anos entre a formulação do documento interno contendo todos os itens demandados pelas Unidades até a efetiva entrega pela fornecedora.

Ao visitar qualquer uma das instalações da Universidade em Porto Velho, é notório que os prédios têm edificações antigas e, portanto, necessitam de manutenções periódicas nas dependências das salas, banheiros, espaços de vivência e que para que haja atendimento dessas demandas é fundamental que os processos de aquisição sejam mais céleres, a fim de evitar que os problemas que poderiam ser resolvidos rapidamente se aprofundem.

Essa constatação vai ao encontro dos estudos de Dias (2024), que observou que essas mesmas edificações datam da década de 1980 e apresentam sinais de deterioração decorrentes do tempo de uso e da ausência de manutenção contínua. Soma-se a isso a constatação feita por Lima, Pinheiro e Almeida (2024), de que ao longo da vida útil das edificações é comum o surgimento de defeitos estruturais e falhas funcionais que, se não forem corrigidos de forma oportuna, podem comprometer tanto a segurança dos usuários quanto a utilização adequada dos espaços institucionais o que deve que ser terminantemente evitado por esta Instituição.

A alta burocratização nas contratações, com a realização de ao menos três cotações para cada item, mapa comparativo de preços contendo todos os itens do processo, emissão de Estudo Técnico Preliminar, emissão de documentos de *check-lists*, para demonstrar que todas as etapas foram realizadas, entre outros, tem sido um dos principais fatores que comprometem a eficiência administrativa na UNIR e que pode ser comprovada na análise dos processos e condiz com os achados de Medeiros-Costa, Santos e Reis (2024) e Venturini (2024).

Nesse contexto, a redução dessas exigências poderia contribuir significativamente para tornar os processos mais céleres e eficazes dentro da Universidade, atendendo com mais agilidade às necessidades da Administração, como apontado por Cavalcante (2024).

Com base nos processos, percebeu-se também que a falta de conhecimento técnico dos servidores contribuiu para a lentidão na elaboração das aquisições. A emissão com erros de

documentos obrigatórios de licitação, como Estudo Técnico Preliminar, Mapa Comparativo de Preços e Termo de Referência, que obriga os trâmites a retornarem para retificações, têm colaborado no atraso da conclusão dos processos, prejudicando as aquisições essenciais para a Administração, além de um só processo para aquisição dos materiais de todos os campi incluindo os oito do interior, sendo que tornaria mais ágil a contratação se fosse realizado um pregão para cada campus.

A inexistência de programas de capacitação contínua reforça esse cenário, demonstrando a necessidade de investimentos na formação dos agentes envolvidos nos processos de aquisição, em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade que regem a administração pública, para que assim a Universidade consiga mitigar essa falha na formação dos membros da equipe de planejamento e para valorizar o setor de compras.

Essa realidade corrobora com os estudos de Almeida (2020), de que qualquer servidor estaria apto a desempenhar funções relacionadas às compras públicas, demonstrando a desvalorização do setor de compras dentro da Instituição e impedir a sua atuação estratégica na gestão pública.

Os resultados da pesquisa indicam que a lentidão nos processos de aquisição e a baixa efetividade na gestão das contratações públicas na UNIR refletem a permanência de um modelo administrativo pautado por uma burocracia excessiva e pela carência de práticas gerenciais mais modernas e eficientes.

Nesta circunstância, a NGP se mostra relevante, pois propõe mudança de paradigma em relação ao modelo burocrático tradicional para a utilização de técnicas das empresas privadas nas Instituições públicas, convergindo com os estudos de Osborne (2010) e Matías-Pereira (2023) ao afirmar que a gestão das organizações públicas tem passado por transformações e a importância da modernização, de acordo com a pesquisa de Maia e Pereira (2019).

Assim, adotar a NGP nas contratações públicas de manutenção predial é uma estratégia para garantir a infraestrutura almejada, serviços contínuos e maior qualidade no ensino, se encaminhando para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em que esta pesquisa se alinha.

Ao incorporar práticas orientadas pela Nova Governança Pública (NGP) a Universidade passa a dispor de mecanismos mais eficazes para reduzir falhas recorrentes nos processos de

aquisição de materiais. Essas ações contribuem para garantir a continuidade, maior qualidade e previsibilidade nas atividades de manutenção predial. Dessa forma, a gestão da infraestrutura física institucional configura-se como uma expressão concreta da capacidade da organização em implementar os princípios da boa governança pública.

5. Conclusões

Esta pesquisa atingiu o objetivo de identificar as causas e consequências da demora do processo de aquisição de materiais utilizados para a manutenção predial da sede e do Campus José Ribeiro Filho, em Porto Velho.

Por meio deste estudo percebeu-se que a demora entre o início do planejamento e a entrega dos materiais tem impacto direto na eficiência dos serviços de manutenção e conservação predial no Campus José Ribeiro Filho da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Entre os principais motivos para essa lentidão estão a grande quantidade de documentos exigidos por lei, a falta de servidores especializados para lidar com todas as etapas do processo. Mesmo que os documentos exigidos tenham o objetivo de garantir legalidade, transparência e bom uso do dinheiro público, no fim tornam o processo mais moroso e ainda mais burocrático.

Além disso, essa demora excessiva enfraquece o papel estratégico do planejamento, que impede que a instituição atenda suas necessidades de forma rápida e no momento certo. No caso da Universidade Federal de Rondônia, que possui uma infraestrutura predial que exige manutenção constante, a lentidão entre o início do processo de compra e a chegada dos materiais afeta diretamente o trabalho da empresa terceirizada.

Uma limitação deste estudo foi ter analisado apenas dois processos, o que não permite generalizar totalmente os resultados. Além disso, a pesquisa foi feita com base apenas em documentos, sem ouvir os profissionais envolvidos diretamente no processo.

Para estudos futuros, seria importante ampliar a análise para os outros tipos de aquisição de material dentro da Universidade, e incluir entrevistas com servidores e gestores, a fim de colher mais informações sobre os processos de planejamento de compras institucionais.

Este trabalho apresenta como atendimento do objetivo específico que a diminuição da burocracia, o fortalecimento das equipes ligadas às compras, o aperfeiçoamento das

competências dos servidores e a valorização interna da área de compras são determinantes para que os processos de aquisição se tornem mais céleres e assim poder cumprir com fluidez as solicitações de todas as Unidades para cumprimento da missão desta Universidade.

A pesquisa não procura acusar nenhuma equipe e foi efetuada somente para demonstrar alguns erros contornáveis nos processos de aquisição de materiais que podem servir para tentativa de superar esses desafios exige ações estruturais e melhorias na gestão na Universidade Federal de Rondônia, em conformidade com os princípios da boa governança pública, como eficiência, transparência e responsabilidade.

Referências

ALMEIDA, Alessandro Aníbal Martins de. Gestão de compras no setor público. Cadernos de Finanças Públicas, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 1–76, 11 mar. 2020. DOI: 10.55532/1806-8944.2018.41. Disponível em: <https://publicacoes.tesouro.gov.br/index.php/cadernos/article/view/41>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022. Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 26 jan. 2022.

BRASIL. Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022. Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP Digital. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 76, 9 ago. 2022.

BRASIL. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021. Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 76, 8 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Gestão. Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022. Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para

a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 226, p. 35, 28 nov. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 49, n. 1, p. 5-39, jan./mar. 1998. Disponível em: https://www.bresserpereira.org.br/papers/1997/97.Reforma_gerencial-RSP.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025

CARDOSO, Silvia Karina Alves Barros; GOMES, Franskran Nunes; PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. Planejamento nas contratações públicas: burocracia ou garantia de eficiência? *Revista Foco*, [s. l.], v. 16, n. 1, p. e651, 9 jan. 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n1-014. Disponível em: <https://focopublicacoes.com.br/foco/article/view/651>.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 33. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2019.

CAVALCANTE, Ailton Ferreira. A eficiência na governança pública e a percepção de valor pelos cidadãos: desafios, estratégias e impactos da nova governança pública no século XXI. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 13, n. 2, p. e868, 2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/868>.

CRUZ, Edjane Cortez; OLIVEIRA, Thiago; GURGEL, André Morais. Desenvolvimento de um framework para o planejamento de compras públicas: estudo em uma Universidade Federal. *Revista de Gestão e Projetos*, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 94–116, 17 dez. 2020. DOI: 10.5585/gep.v11i3.18475. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/18475>. Acesso em: 29 jun. 2025.

DIAS, Fábio Gentil Lira. Dashboard como ferramenta de suporte à decisão na gestão da manutenção predial. 2024. 106 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2024. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/5513>.

HELFENSTEIN, R. Metodologia sem mistérios: desvendando os segredos do sucesso da pesquisa. 1. ed. Santa Leopoldina: Editora Diversa, 2023.

LIMA, R. C. D.; PINHEIRO, É. C. N. M.; ALMEIDA, R. L. Inspeção predial conforme NBR 16747, em uma torre em um condomínio vertical, localizado na cidade de Manaus – estudo de caso. *Revista Foco*, v. 17, n. 10, e6423, 2024.

MACIEL, Gustavo; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SOUZA JÚNIOR, Celso Vila Nova; et al. A eficiência e celeridade nas compras públicas: um estudo sobre os principais fatores de influência. *Revista Controle - Doutrina e Artigos*, v. 22, n. 2, p. 159–193, 2024. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/923>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MAIA, Érica Von Raschendorfer Bastos; PEREIRA, Lucas Henrique de Carvalho. A nova governança pública no contexto brasileiro: uma análise conceitual no Programa Netuno. *Acanto em Revista*, Rio de Janeiro, ano V, n. 6, p. 132–142, 2019.

MATÍAS PEREIRA, J. A.; *et al.* *New Public Governance*: melhoria da gestão, transparência e qualidade dos serviços públicos. *GIGAPP Estudios Working Papers*, v. 10, n. 248, p. 1–20, 2023.

MEDEIROS-COSTA, Caio; SANTOS, Franklin; REIS, Paulo. Qual o preço certo? Condições de mercado e seus dilemas na pesquisa de preços em compras públicas. *Administração Pública e Gestão Social*, [s. l.], 30 set. 2024. DOI: 10.21118/apgs.v16i3.16393. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/16393>. Acesso em: 28 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 24 jul. 2025.

OSBORNE, S. P. *The (new) public governance: a suitable case for treatment*. In: OSBORNE, S. P. (org.). *The new public governance? Emerging perspectives on the theory and practice of public governance*. New York: Routledge, 2010.

RIBEIRO FILHO, C. A. de S. *et al.* *Public procurement and planning: a strategic relationship that underlies the effectiveness of Federal Institutes of Education (IFE)*. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. e794974743, 2020.

VENTURINI, Fabiano Ewald. A percepção de eficiência em uma instituição federal de ensino: olhar do gestor público. *Navus – Revista de Gestão e Tecnologia, Florianópolis, SC*, v. 14, p. 1–19, 2024. Disponível em: <https://navus.sc.senac.br/navus/article/view/1925/1117>. Acesso em: 24 jul. 2025.